



RADICAIS EM AÇÃO

Polícia neutraliza trama extremista

Doze pessoas foram presas em São Paulo e três no Rio. Grupo planejava cometer diversos atentados

Reprodução/Alerj



Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) era um dos alvos na mira dos extremistas: polícia apreendeu bombas caseiras

As duas maiores cidades do país enfrentaram ameaça de atos extremistas, travados por meio das redes sociais. As operações policiais resultaram em prisões e busca e apreensão de explosivos.

A Polícia Civil de São Paulo prendeu 12 pessoas, com idades entre 15 e 30 anos, acusadas de planejar atentado com uso de explosivos, como bombas caseiras e coquetéis molotov. A ação do grupo estava prevista para ontem, na Avenida Paulista, segundo a Secretaria de Segurança Pública (SSP).

Segundo a polícia, os envolvidos repassavam informações e instruções a outros membros do grupo e tinham uma estrutura de comando. Durante semanas, os participantes compartilharam vídeos e instruções detalhadas sobre a fabricação e o lançamento de artefatos explosivos improvisados.

"Conseguimos impedir um possível ataque que aconteceria nesta segunda. A manifestação era uma forma de tumulto, sem pauta nenhuma, e conseguimos, com o trabalho de inteligência, impedir", disse o secretário estadual de Segurança Pública, Osvaldo Nino Gonçalves, em entrevista coletiva na tarde de ontem.

A ação policial resultou da colaboração com secretarias de segurança de outros estados, incluindo o Rio de Janeiro. Em São Paulo, as prisões foram na capital, Osasco, São Caetano e Botucatu.

O Núcleo de Observação e Análise Digital (Noad) da polícia paulista investigou e monitorou o grupo em redes sociais, com apoio da Divisão de Crimes Cibernéticos (DCCiber). Um dos detidos foi encontrado com simulacros de armas de fogo.

De acordo com a Secretaria de Segurança paulista, as investigações apontaram que o grupo monitorado integra uma rede de alcance nacional, com mais de 7 mil participantes, para discussão de ações violentas em diferentes regiões do país, concentrada nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Apenas na capital paulista, a comunidade virtual reunia quase 600 integrantes.

Em frente à Alerj

No Rio, a Polícia Civil prendeu três suspeitos e apreendeu bombas de fabricação caseira com integrantes de um grupo que, segundo as investigações, se preparava para realizar atentados durante uma manifestação. O ato estava marcado para as 14h de ontem, em frente ao prédio da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj).

A ação foi conduzida pela Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DRCI), que cumpriu 17 mandados de busca e apreensão em endereços na capital, região metropolitana do Rio e no interior

do estado. Segundo a polícia, o grupo se intitula "Geração Z" e, apenas na capital fluminense, conta com 300 integrantes.

A investigação começou após a delegacia especializada identificar grupos de mensagens e páginas em redes sociais criados com o intuito de organizar "manifestações antidemocráticas", programadas para ocorrer em diversos estados do Brasil nesta segunda-feira.

Inicialmente, a Polícia Civil fluminense planejava cumprir medidas cautelares contra apenas quatro envolvidos. Mas informações reunidas pelo setor de inteligência ampliaram o foco. Assim, outros 13 foram identificados na manhã de ontem, o que levou a polícia a pedir por mais mandados de busca e apreensão — que foram deferidos pela Justiça.

Na ação, a polícia apreendeu coquetéis molotov de fabricação caseira, além de bandeiras e panfletos sem alvos específicos. O delegado titular da Delegacia de Repressão a Crimes de Informática, Luiz Lima, disse que o material apreendido incluía "bandeiras com frases de combate à corrupção, contra a corrupção no caso Banco Master e contra governantes atuais, mas sem especificar nomes ou partidos políticos nem a qual legenda pertenciam".

Radicalização

A polícia identificou que os integrantes do grupo compartilhavam conteúdos voltados à radicalização e ao confronto. Também foram encontradas orientações e materiais instrutivos para a confecção

de artefatos incendiários improvisados, como o chamado coquetel molotov, além de bombas caseiras, confeccionadas com bolas de gude e pregos em seu interior.

Os alvos dos mandados de busca e apreensão são investigados pelos crimes de incitação ao crime, associação criminosa e posse, fabricação ou preparo de artefato explosivo ou incendiário.

Todos são participantes ou administradores de grupos na internet que atuavam no Rio de Janeiro e "exerciam papel ativo e relevante, com incentivo direto à prática de atos violentos e direcionamento das ações planejadas, incluindo a escolha de um local sensível do cenário político fluminense para a realização do ataque", disse a polícia. (Com Agência Brasil)

TRAGÉDIA

Desabamento mata mulher no Rio; filha de sete anos escapa

» CAETANO YAMAMOTO*

Um desabamento de edifício na Avenida Presidente Castelo Branco, no bairro do Maracanã, Zona Norte do Rio, matou uma mulher na madrugada de ontem. A filha dela, de sete anos, escapou da tragédia. O Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro foi acionado por volta de 1h33 de segunda-feira. Nove pessoas foram resgatadas, incluindo duas crianças. As vítimas foram encaminhadas ao Hospital Municipal Salgado Filho e ao Hospital Municipal Souza Aguiar. Uma mulher foi retirada dos escombros já em óbito, confirmado às 6h41.

Na noite de domingo, a capital fluminense registrou chuva intensa, principalmente na Zona Norte da capital e na Baixada Fluminense. A Defesa Civil do Rio de Janeiro emitiu um alerta, às 20h30, de que o município entrou em Estágio 2, devido à chuva e ao vento forte registrados em vários pontos da cidade.

O Estágio 2 é o segundo nível da escala municipal de cinco estágios

e indica possibilidade de impactos no trânsito e de ocorrências relacionadas à chuva, como alagamentos e deslizamentos.

A Defesa Civil de São Paulo também enviou um alerta, no domingo, para a ocorrência de chuvas persistentes entre ontem e hoje. "A passagem de um sistema meteorológico próximo ao território paulista criará condições para chuvas mais persistentes, acompanhadas por descargas elétricas, rajadas de vento e possibilidade de queda de granizo em pontos isolados, atingindo diversas regiões do Estado", informou.

O alerta foi emitido em decorrência ao desabamento que aconteceram no município, um ocorreu na madrugada de ontem, às 00h35, onde um prédio interditado de 4 andares desabou, e os vizinhos relataram que moradores em situação de rua, habitavam o local, casa ao lado foi atingida. De acordo com o Corpo de Bombeiros de São Paulo, não houve nenhuma vítima no local.

Ainda ontem, um muro na Rua Bonifácio de Abreu, Jardim Santo

Américo, Itapevi, desabou, atingindo uma criança, que faleceu no acidente. A informação foi confirmada pelo Corpo de Bombeiros de São Paulo.

"Infelizmente, a criança não resistiu aos ferimentos, sendo o óbito constatado no local pela médica. O pai foi socorrido devido a mal súbito ao PS Central de Itapevi", informou a corporação.

De acordo com Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), Rio de Janeiro e São Paulo estão com aviso de tempestade para hoje com grau de severidade de "Perigo". O alerta deve ir até amanhã.

Segundo o Inmet, esse status exige atenção dos moradores da região. De acordo com o instituto, é essencial manter-se informado sobre as condições meteorológicas e interir-se sobre os riscos que possam ser inevitáveis. É fundamental, ainda, seguir as orientações autoridades.

*Estagiário sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Morre ex-reitor da PUC-Rio

Reprodução/Portal Jesuítas Brasil



O teólogo, jurista e educador Jesus Hortal Sánchez, jesuíta e ex-reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), morreu ontem, aos 98 anos. Nascido em Figueras, na Espanha, Hortal ingressou na Companhia de Jesus em 1950 e foi ordenado sacerdote em 1961. Doutor em filosofia e em direito canônico, teve uma atuação marcante na PUC-Rio. Entre 1995 e 2010, Hortal liderou a universidade como reitor, período em que a instituição consolidou o compromisso com a educação, a fé e a interlocução entre a Igreja e a sociedade.

RORAIMA

Ação busca soberania alimentar a Yanomamis

» ALINE GOUVEIA

"Onde antes havia garimpo, agora há alimento". É com esse mote que o governo federal deu início, ontem, à implantação de unidades demonstrativas de soberania alimentar na Terra Indígena Yanomami. Segundo a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), a iniciativa busca garantir acesso a alimentos saudáveis, respeitando os modos de vida tradicionais, ao mesmo tempo em que recupera áreas degradadas pelo garimpo ilegal.

A unidade é composta por avião com 100 galinhas rústicas; um viveiro de mudas nativas capaz de comportar 2 mil mudas, com destaque para o açaí e o cacau nativos; tanque de compostagem para adubo natural; roças com plantio de mandioca, batatas, arroz e outras culturas; Sistemas Agroflorestais (SAFs), em que as mudas são plantadas com o objetivo de restaurar as cicatrizes abertas pelo garimpo, multiplicar sementes tradicionais e cultivar espécies nativas de fruteiras e hortaliças; além do tanque escavado de piscicultura, com 440m².

A unidade demonstrativa será instalada na comunidade Sikamabiu, na região do Baixo Mucajaí, em Roraima. No local residem 30 famílias, reunindo quase 400 indígenas. Essa é a primeira de uma série de 8 unidades a serem distribuídas pelo território ainda neste ano.

"O impacto desta ação é muito grande. A unidade modelo é um marco dentro do território. Onde já corremos o risco de levar tiro de garimpeiro, levamos estrutura e ferramentas para a conquista da soberania alimentar", diz a pesquisadora da Embrapa Roraima Rosemary Vilaca, que atua no território desde 2022 e é uma das responsáveis pelo projeto das unidades demonstrativas.

Técnicos da Embrapa apontam que ao menos outras 11 comunidades têm demonstrado interesse em ver o projeto de pé. A TI Yanomami tem 9,6 milhões de hectares — em extensão territorial é a maior terra indígena do Brasil, abrigando aproximadamente 31 mil indígenas.

Garimpo ilegal

Entre março de 2024 e janeiro de 2026, dados do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), órgão responsável pelo monitoramento ambiental e territorial da Amazônia por meio de imagens de satélite e sistemas de inteligência, indicaram uma redução de 98,77% das áreas de garimpo ativo na Terra Indígena Yanomami.

No período de maior pressão (2024), o garimpo ilegal ocupava cerca de 4.570 hectares do território. Ao final de 2025, a área identificada como garimpo ativo havia sido reduzida para 56,13 hectares.

400

indígenas vivem na unidade demonstrativa de soberania alimentar na Terra Yanomami.